



*La novena*

# La Novena

Wilson do Nascimento Barbosa  
Professor Titular Aposentado de História  
Contemporânea na USP

A viatura avançou pelo piso molhado da avenida, e com um semi-círculo, entrou pelo portão aberto de uma casa, aparentemente uma sólida propriedade burguesa. Não penetrou muito. Parou junto a edificação principal, soltando rápido dela dois policiais. Abriram-lhe a porta e puxaram-me para fora. Ao todo, os que baixamos, éramos cinco. Levaram-me, debaixo da chuva, pela porta da frente do casarão. Caminhamos pelo corredor e fui parado diante de uma mesa de escritório.

O chefe da expedição falou, em tom não muito alto:

- *! Este és el brasileiro de mierda!*

- *¿Ya otro?*

- *!llevenselo adentro!*

As algemas foram retiradas de minhas mãos, atrás das costas. Um dos policiais civis postara-se à lateral, com uma submetralhadora convincente. Ela parecia olhar para mim.

- *! Para dentro!*

Voltamos a caminhar por um corredor, lateral à mesa, rumo ao fundo. Entre a parede e o fundo, do lado oposto, abriam-se os engradados de quatro celas. Havia alguém naquelas mais para dentro. Talvez por isso fui metido na primeira delas. Oito horas da noite, a vista buscava penetrar no lusco-fusco. A porta do corredor abriu, por ela entraram dois elementos. Desatarraxaram a fechadura:

- *!Venga!*

Puseram as algemas. Desta feita, com as mãos na frente do corpo. Passei de volta a grade e a grande porta. Estava de novo na sala da frente. Podia-se, com a iluminação que havia ali, observar melhor o ambiente. Parecia a sala frontal de uma delegacia, mas – estranho – não havia qualquer ir e vir ou público que chamar-se-ia civil. Havia uma grade baixa de madeira, escura e envernizada. Cadeiras. Uns quatro ou cinco homens conversavam. Parecia-me que havia ficado na cela por cerca de meia hora, não mais que isso. Olhavam-me com olhares hostis, talvez com uma ponta de estranhamento e curiosidade. Alguém entrou pela porta principal da sala. Eu estava encostado à parede oposta. A porta que dava para as celas via-se à minha esquerda. A porta principal, à minha frente.

Este alguém que agora chegava trazia uma jaqueta de couro, tipo paletó, de mangas compridas. Falava com seu colega, sentado à mesa, lateral à porta da carceragem. Falava baixo. Na conversa da sala, não podia distinguir o que dizia.

Observei que a jaqueta que trajava, como um casaco esporte, tinha nas costas uma costura com faixa transversal entre as costas e o quadril, e duas folhas que superpostas caracterizavam o que nós brasileiros chamamos “entrada de serviço”. Era para mim uma jaqueta estranha. De couro, mas esportiva, como se fosse pano o usado na feitura. Nós brasileiros não possuímos fabricação assim. Os uruguaios e os argentinos dominam esta arte de produzir belas roupas de couro, boas e baratas. É um dos motivos pelos quais os brasileiros para lá viajam. Renovar seus guarda-roupas. Enquanto eu pensava, ele continua quase segredando.

Estava em território estranho. Eram todos brancos, bem europeus. Não havia ali sequer um moreno. Sentia-me numa estação italiana, na sede do Palmeiras, ou talvez nos Alpes Suíços. Esta sensação de “mosca na sopa” causava-me um mal-estar que vinha piorar o mal-estar de ser um preso. Falavam, todos, o castelhano mastigado pela pronúncia portenha. Produz ela uma música dissimulada, uma lentidão na rapidez, síncopes previsíveis que por completo afastam tal língua da dureza dos verdadeiros espanhóis.

Levaram-me para fora. A chuva havia arrefecido, trocara-se agora em chuvisco, mas o vento soprava ainda mais frio. Fomos para frente da casa, quase na calçada. Estava ali um grupo que julguei mais três policiais, todos muito fortes, socados, como é próprio dos carnívoros de certa idade. Dois eram bem altos, talvez um metro e oitenta e cinco. O do meio, visivelmente o chefe, era bem baixo, talvez

um metro e setenta. O que estava à minha direita era muito branco, tinha quarenta ou mais cinco anos, pescoço comprido, sobranceiras bem separadas e cabelos quase claros, lisos e penteados para trás. Isso lhe concedia um ar de pernalta.

Aquele da esquerda olhava diretamente para os meus olhos, por certo querendo penetrar-me a alma. Era um animal de tiro, certamente um dogue alemão que apenas esperava um comando para atirar-se e despedaçar a sua presa. O do centro, aquele mais baixo, tinha talvez cinquenta ou sessenta anos. Como os outros, tinha a compleição robusta, maciça, dos “puxadores de ferro”, mas os anos já acumulavam aqui e ali umas gorduras e o rosto trazia uma expressão própria do cansaço cardíaco. Seus cabelos eram fartos, de um castanho amendoado. Eram evidentemente fruto de pintura. Fitou-me desde baixo para cima e seus olhos assombrosamente maus se fixaram nos meus. O pernalta falava-lhe o tempo todo, não muito alto.

- *Este tipo no quiere colaborar señor comisario. Certamente nos debe mucho e sabe acerca de lo que no dice...*

- *Ya veremos...,* comentou *el comisario*.

Sentia-me indiferente a que conversassem a meu respeito na minha presença. Pelo menos, isso era novo. O dogue alemão sugeriu-me que eu entregasse os Tupamaros com que estava em contato. Não lhe interessava o Brasil. Nós, brasileiros, que nos fudêssemos. Não me parecia bom acordo? “seus compatriotas sempre falam, em troca, nós os deixamos livres” O comissário comentou com cansaço:

- *!Les gusta llenarnos la pelota!*

- *!Mandálo a la mierda, Morán!* ganiu o pernalta.

O comissário, certamente o delegado, mandou com um gesto de descarte que me levassem. Os dois homens que me escoltavam, e que estavam parados um passo atrás de mim, empurravam meus braços com suavidade, conduzindo-me agora no sentido oposto, para o fundo do terreno da casa. O piso do quintal era todo cimentado e o pátio parecia não ter iluminação própria. Caminhando mais trinta metros pra dentro de onde o delegado me observara, havia outra edificação, sombreada por uma árvore grande que deixaram que sobrevivesse. Era aquilo que no sul do Brasil chamava-se edícula, uma segunda edificação no mesmo terreno, onde se concentram os serviços e a moradia dos empregados. No caso, ali, era uma edificação de fora a fora. Tal largura não era inferior a quarenta metros. A edícula era aberta no meio para um breve pátio e três ou quatro

portas. Sentaram-me no banco baixo à entrada e puseram-se os dois que me conduziam a fumar e a conversar. Conversaram os restos de uma conversa que não podia bispar, as partes não tinham nexos para mim. Procurei concentrar-me no que importava. O delegado baixo e troncudo tinha um nome e eu precisava desse nome para o caso de sobreviver a tudo. Apanhei com a vista as proporções de onde estava. As duas edificações, em seu terreno, compreendiam uma área de 3 a 3,2 km<sup>2</sup>. O pátio era cimentado. Olhando desde o fundo para a saída da rua, além da árvore de grande sombra, corria o muro à minha direita até um madeiral. As casas e os muros eram pintados de uma cor cinza muito fraca, quase branca, mais clara que o tom “gelo” que estava então em moda no Brasil. As paredes podiam refletir a luz da noite, os pedaços que escapavam das janelas, com restos de conservação. Um rádio falava no prédio da frente. O vento soprava frio, quase congelante. Não se podia distinguir-lhes a algaravia.

Ficamos ali uns quarenta minutos. Chegaram dois novos tipos. Um deles era moreno, de uma cor belíssima, um marrom claro quase dourado. Não sei por que, mas pela beleza de sua pele concluí que não era brasileiro. Tinha um rosto comum de mestiço do Rio de Janeiro, e um cabelo preto e ondulado, com muitas ondas que faziam dele, como uruguaio, um elemento certamente inconfundível. Ambos os recém-chegados estavam – como eu- em mangas de camisa, apesar do frio bastante desagradável. Minhas tripas perceberam neste detalhe algo errado. Um deles trazia um macacão ou um pijama dobrado e disse-me que minha roupa fedia, era preciso trocá-la. Entramos os cinco no vestíbulo de uma das portas, dois de arma na mão e abriram-me as algemas. “Não tentes nada, teríamos que matá-lo!” disse-me afável um dos policiais. Fiquei apenas de cuecas e meias, mas as algemas voltaram para as mãos pela frente sem que eu experimentasse o famoso pijama prometido. Por cima de cada algema foi-me colocada uma algema pra um só braço, de corda fina, na verdade, um cordel com um nó corrediço. Compreendi que estava perdido, ou quase. Iriam liquidar-me naquela edícula perdida, longe de casa, sem qualquer consideração pelos meus sonhos ou por minha família.

Meu coração acelerava. Sentia suas batidas no pescoço. Procurava respirar o mais fundo que podia, para não entrar em pânico. Naquela época, eu aceitava bem a ideia que ia morrer na luta, mas sentia uma profunda frustração com aquela derrota. Afinal, não chegara a fazer nada. Iam liquidar um pobre-coitado, que ousara criticar o capital

e seu regime asqueroso de miséria e opressão. Tentava pensar nos grandes combatentes, Mao Tsé-Tung, Giap e Fidel Castro. Pensava com ódio e revolta: “um dia serei vingado!”

Os cinco homens lutavam agora para arrastar-me ao local do calvário. Enrijeci o corpo tanto quanto podia e tiveram que carregar-me para dentro.

- *!Qué buey!*

- *!Cagálo a patadas!*

Choviam os golpes de todo lado, mas depois descobri que não me bateram deliberadamente na cabeça. Aquilo que para mim parecia uma luta desesperada pela vida era um trabalho rotineiro para meus algozes. A expressão “boi” com que me premiaram ali tantas vezes, assentava bem. Levaram-me até uma mesa de ferro que chamaram de “parrilla” (churrasqueira). Como o churrasco atado às grades de ferro, observei que não eram cinco, mas sete os policiais que me puseram ali. Um para cada braço, um para cada perna, e lá estava eu, pronto para ser massacrado. Sufocava. Tive ideia, aprendida nas artes marciais, de não sugar o ar, mas buscar expeli-lo dos pulmões e concentrar-me em lembrar como fazê-lo. Estando eu amarrado de barriga para cima, trataram de amaciar-me com socos-martelo no ventre, mas, francamente, não os sentia. Doía-me, sim, a espinha. Na luta, algum desgraçado ali acertara-me um pontapé. A dor me tirava as forças da parte de baixo do corpo e como resultado fora eu parar na maldita churrasqueira. Levei umas cusparadas na cara e choveram insultos à minha condição de brasileiro. Pude apreciar ali todo o amor que por nós nutrem nossos vizinhos. O estranho disso tudo é que – em vez de me ajudarem – trabalhavam eles para o governo brasileiro que tanto pareciam odiar... Vá se entender o mundo...

Parecia-me o chefe da equipe um policial que tinha certa semelhança com o “amigo da Onça”, do desenhista Péricles. Ele buscava agora acalmar seus colegas, tirá-los de cima da minha quase carcaça, certamente porque tinha um trabalho a fazer. Achegou-se àquela cama-do-paráiso e pôs-se a conversar num tom amistoso.

- *!En que lío te meteste, morocho! !Sabés que la gente no te va a largar mientras no les des un huesito a lo que mordan, abn! No puedes venir acá y quedarte a cruzar la frontera, hacer mierda allá e volver acá pa comprometernos, ¿ Oíste?*

- *!Tenés que tener dos lados: es revolucionario em Brasil e uruguayo em Uruguay! De no ser así, te vamos a cagar...*

Explicava-me o meu mais novo instrutor que eu podia fazer todas as revoluções no Brasil, desde que fosse colaborador da polícia do Uruguai. Se eu não quisesse fazê-lo, chutariam minha bunda pela linha da fronteira para os meus amigos no Brasil. Explicava-me ele que eu era – tinha certeza – sargento da Marinha no Brasil e não professor em São Paulo. Semelhantes “versos” (ora se tornavam “versinhos”...) devia eu cantar para meus amigos brasileiros. Não para a polícia uruguaia, que segundo ele, era um órgão competente...

Amarraram feltro molhado nos meus pulsos e meus tornozelos. Os choques elétricos ali eram contínuos. De vez em quando, davam-me choques no ânus, no pênis e na boca. Tal tratamento se alternava com a conversação, cujo teor já resumi. Perguntas sobre a luta revolucionária no Brasil.

Parecia-me evidente que quanto pior fosse a situação do governo brasileiro, melhor para eles. No entanto, qualquer brasileiro que lhes caísse ao alcance, seria imediatamente massacrado, como prova de boa vontade. E provavelmente devolvido. Por isso, eu sabia que de nada adiantava contar-lhes “versos” (como eles diziam...) de qualquer natureza. O desfecho da minha situação era morte ou devolução para o Brasil. Não podia ser tão estúpido para esperar outra coisa.

Os uruguaios – como qualquer outro latino-americano – não possuem qualquer sentimento nacional sério. São meros admiradores e lacaios dos norte-americanos, não ousam pensar por conta própria. Desse modo, embora detestem o Brasil e os brasileiros, cultivarão sempre “sua amizade”, por ordem dos monopólios internacionais. Era isso que o amigo-da-onça, meu novo instrutor, estava me ensinando. Por certo, havia uns “detalhes” em sua teoria que ele ocultava, mas que eu, experiente em querelas, captava à sua revelia.

Eu respondia às suas idiotices com outras de mesmo nível que já havia apresentado em meus depoimentos anteriores. Eles – também aqui – não pareciam interessar-se pelas “bromas” (segundo eles) que eu lhes narrava. Debaixo da pauladaria que distribuía davam risadas das respostas e me chamavam de “Versolín Bayer”... poeta que até hoje desconheço...

- *! Como se te ocurre, hijoputa! Sos de lo más bromeador, desgraciado!*

E a porrada comia. Para eles deve ter sido uma noite muito divertida. Hoje, desde seis anos de distância, ainda não consigo divertir-me com aquilo. Não acho justo que hajam se divertido

unilateralmente. Gostaria que a vida nos proporcionasse uma oportunidade, para que eu também lhes pudesse organizar uma festinha... igualmente fraternal, entre dois povos que se amam...

O choque elétrico é uma arma devastadora. Seus nervos e músculos ficam estragados por vários dias – até semanas – depois de uma sessão prolongada. Seu coração só irá resistir se você for jovem. Por exemplo: eu possuía à época vários tratamentos dentários a ouro. À medida que pude mover a língua de modo eficiente, descobri que vários dentes estavam abertos, e as respectivas “coroas” haviam desaparecido – cuspidas ou engolidas – durante a sessão de choque elétrico.

Parei de receber minha quota de carinho reservada aos brasileiros lá pelas cinco horas da manhã. Tiraram-me da mesa-gradil e emprestaram-me uma toalha molhada, para que me limpasse. Eu havia me urinado, mas não se podia fazer nada. Tive que vestir minha calça de tergal, fria com seus fios sintéticos, naquela manhã gelada. Devolveram-me minha camisa azul, de flanela riscadinha e algemaram-me. Pude sentar-me no banco de entrada da edícula e ver o dia amanhecer. Lá estavam meus dois sentinelas, mas não eram os mesmos. Como efeito dos choques e das agressões, tinha um problema com a perna direita e o braço esquerdo. Tinha uma sede fenomenal, mas não podia lhes pedir água.

Meu corpo todo tremia, como vara verde. Pelo menos havia uma indiferença dos policiais, que pareciam ignorar a minha existência. Sejam eles quem for que sejam, têm nisso uma dignidade – se for dignidade – que falta aos policiais brasileiros. Eles sabem ignorar alguém em sua desgraça. Os brasileiros não: como autênticos descendentes de escravos, debocham da vítima e se regozijam. Ali, após a avacalhação da minha dignidade, parte dela me foi devolvida por aqueles que pareciam me ignorar. Isso permite que você retorne ao seu próprio fortim e costure no ódio suas mazelas.

Levaram-me para a parte de trás do prédio principal, onde o caramanchão escondia um pátio de seus oitenta metros quadrados. Fui – com as mãos algemadas atrás das costas – enfileirado de cara para a parede, da qual não se podia afastar. Outros presos foram chegando durante a manhã e foram enfileirados na mesma parede, mas não se podia vê-los corretamente, porque se era proibido de voltar a cabeça. Um policial zelava para que todos ficassem de nariz encostado na parede. Ao mesmo tempo, devia também encostar o bico dos sapatos. Trata-se certamente de uma tortura



de origem britânica. O nariz aquilino do homem branco afasta sua cabeça da parede, enquanto os bicos do sapato encostados prejudicam o seu equilíbrio. Durante umas nove horas que fiquei ali, dois companheiros caíram. Um deles diversas vezes, desmaiando por fim.

Apesar da dor da coluna rachada pelo pontapé e dos nervos e músculos petrificados pelo choque, a tortura britânica nada podia contra mim. Meu nariz de negro se achatou contra o muro e expandiu-se, macio, para os lados. Eu respirava à vontade. Um sol apareceu amarelo, mas não se podia fitá-lo, sentia-se a sua presença. Um policial civil caminhava para cá e para lá, com um cassete tamanho família na mão direita. Conteí que era trocado – como guarda – a cada duas horas, e usei isso como um certo relógio. Havia algo mais insólito: outro policial estava sentado num banco tipo tamborete, bem alto. Ficou ali sentado a vigiar-nos à distância, talvez protegendo aquele do cassete. O que estava sentado trazia uma pistola, talvez uma ponto 45, na mão. De esguelha, não se podia ver muito de quem estava naquele posto. Uma tampa amarela da mala dianteira de um fusquinha estava pendurada por dois arames diante dele e seu banquinho. Na tampa, um orifício de certo tamanho lhe facultava ver-nos sem ser visto. Que maluquice era aquela? Mera bizzarria? Um fator para enlouquecer as vítimas, símbolo de desequilíbrio ambiental? Medo de ser reconhecido por um tupamaro vítima?

Este era o mundo certamente do delegado Morán e de seus auxiliares.

Caminhava para as quatro da tarde quando um policial de camisa amarela e colete de lã azul, sem mangas, atravessou a linha de tiro e dirigiu-se a mim. Seu ar era de um velho conhecido, que podia falar diretamente comigo, sem quaisquer ressentimentos ou conhecimento prévio. Depois de tocar-me no ombro, disparou esta frase (que traduzo).

- No seu envelope tem oitocentos e sessenta pesos que são seus. Se você autorizar, posso comprar-lhe na rua um sanduíche e um refrigerante.

Pasmado, respondi:

- Faça-me o favor...

- Que sanduíche prefere? E o refrigerante?

Esta súbita volta ao mundo dos seres humanos deixou-me desconcertado. Não sabia o que dizer, nem o que pedir. Balbuciei:

- Por favor, o que for possível...

E lá se foi o policial bem-feitor, saído sabe-se lá de que serviço... Uns quinze minutos depois, retornava. Entregou-me um sanduíche volumoso, naquele excelente pão de banha de porco uruguaio. Bebi o refrigerante com avidez. Em cinco dias, era a segunda vez que bebia um líquido. O refrigerante era feito de uma bebida de fantasia, com água, açúcar e corante, mas que no Chile chamavam de “*chirimoya*”, como se fosse derivado da fruta. Não me lembro mais como se chama aquela porcaria no Uruguai. De toda forma, engoli o líquido semigelado. Se eu tivesse lágrimas para chorar, haveria chorado de prazer. Provocou-se com o líquido um certo choque no meu corpo, minha visão turvou-se e demorou um pouco para voltar. O policial-ser humano percebeu que me estava salvando:

- Dê-me a garrafinha que lhe trago água...

Estendi-lhe a garrafa de 200 ou 300 ml e ele a encheu numa torneira do pátio. Eu já não pretendia sorvê-la de uma vez, mais usá-la para poder comer o sanduíche. Para não embarçar-me, vendo a dificuldade que eu tinha para comer, o anjo-policial afastou-se e deu-me as costas. Comi como pude, com enorme dificuldade para engolir. A comida abria-me o desejo de viver e despertava-me um imenso sentimento de humilhação. Atrás da humilhação veio o ódio e eu me esforçava para me conter. Voltei para minha vaga na parede. O peito queria rachar-se em dois e eu lutava para conter minha respiração pela boca, expirar, expirar, das aulas de ju-jitsu. O cheiro daquele delicioso presunto que só os uruguaios e argentinos sabem produzir ainda estava nas minhas narinas. Procurava me acalmar e pensava estranhamente em como Jesus havia enfrentado cada etapa de sua execução. Não podia fazer pior do que ele.

Opor-se a um regime de assassinos, ladrões e mentirosos profissionais é uma tarafa para a qual quase sempre qualquer grupo social se mostra despreparado. Você é capaz de matar? Você é capaz de roubar? Você é capaz de mentir sistematicamente, enquanto causa o mal a seus aparentemente semelhantes? Você é capaz de romper aquela barreira que lhe permite tratar aqueles como seus semelhantes?

A única coisa que pode me tornar igual a um assassino é tornar-me eu mesmo um assassino. A única coisa que pode tornar-me igual a um ladrão é tornar-me eu mesmo um ladrão. A única coisa que me iguala a um jornalista, a um advogado, a um político profissional, a

um ideólogo do sistema vigente, enfim, é tornar-me eu mesmo um mentiroso profissional. É, pois, longa toda a descida até a igualdade, para qualquer um que nasceu e cresceu entre as nuvens do humanismo, mas deve agora baixar ao plano comum das ações quotidianas.

O tempo psicológico das horas vividas entre as esperas da dor é um tempo longo, talvez indeterminável, em que se desce até essa enorme baixeza que se chama igualdade. Este tempo se constitui ele mesmo em dor, uma dor suprema, desfazedora de todas as ilusões, uma dor em estado químico de pureza. Quando Sartre respondeu ao que achava do golpe de De Gaulle, o jornalista considerou a resposta mal-humorada. “Mas De Gaulle é um estadista!”, teria declarado. “Sim”, teria respondido Sartre. “É disso que se trata: em defesa do Estado, tivemos até aqui que suportar cada mentiroso e cada ladrão. Mas agora ele se torna um assassino.”

Está assim colocado o problema da igualdade. Para enfrentar as súcias do Estado, alguém deve igualar-se a elas. Comece como assassino ou como mentiroso, há de converter-se no outro e ainda em ladrão. Dessa forma, o movimento da consciência coletiva vê-se sempre alijado do processo da luta pelo poder. O homem comum, o João-ninguém das ruas, limita-se a pagar todos os impostos e taxas. Como um burro de carga, carrega qualquer tipo de Estado que lhe atiram em cima. Por isso, apenas por breves momentos ousa simpatizar com esta ou aquela quadrilha, bem ou mal-intencionada, em feroz luta pelo poder.

Se poder é, pois, degenerescência, como poderiam humanistas alcançá-lo? Perdido na imundície de uma cela fétida, com a cara amassada contra um muro de pedra, o filósofo de ocasião deve meditar tão profundo quanto alcança sobre a inutilidade de sua educação humanista e sob o evidente perigo de a mesma ser apenas um instrumento da mentira de sempre, um véu que encobre a ganância pelo poder.

Sofrer torturas – caso se supere o medo – acarreta o inevitável desejo de querer promovê-las. “queimará a carne dele como queima a minha?” Pensa aquele que sobreviveu ao choque elétrico. Ao deixar o humanismo de lado e baixar-se sempre mais fundo pela estrada da igualdade, onde foi mesmo parar o nosso programa de partida? Eis o grande perigo: a experiência libera a hiena que dorme dentro de cada homem. E esta hiena, meus amigos, é muito feia. Seu olhar habitava nos olhos do dogue alemão, amarelava as pupilas do comissário Morán e libertava-se por toda parte na casa da novena.

A dor, o sofrimento e a humilhação são luzes de um mesmo prisma: a descida em busca da igualdade. Certamente talvez esteja aí o segredo da via-crúcis, a necessidade do homem rebaixar-se desde um suposto ponto de ebulição e entrar suando sangue neste mundo de corrupção, maldade e ganância. Poderá um homem comum – um simples militante do amor e da razão – fazer a viagem de volta? Estará a ressurreição do Cristo ao alcance de todos? Pode a consciência de alguém alçar-se a tão grande tarefa? Podemos perdoar?

A tortura liberta o mecanismo da hiena, não o mecanismo do perdão. Talvez por isso seja-nos o Cristo tão extraordinário, com a difusão da mensagem trocada e surpreendente, que trouxe coração à, até a época, fria mensagem do humanismo helenístico. E muito bem, senhor prisioneiro, o que irá fazer agora com a sua hieninha à solta? Como haverá de haver-se para enjaulá-la e continuar apregoando a panaceia inútil da reeducação e da ação coletivas?

Do fundo escuro da cela está a emergir um outro eu desde as suas entranhas. Não creio que poderá voltar a outra face. A frieza dos atos da igualdade, a promiscuidade da tortura, é fato pegajoso. Não se pode lavar tal aprendizado como a água da torneira de todos os corredores de todos os cárceres do mundo.

Se a cadeia, com seu desfile de sofrimento, de dor, de humilhação, é uma fábrica de igualdade, seus torturadores são tayloristas que semeiam e organizam o futuro. O prisioneiro sabe por experiência própria que estará mentindo se sair dali a gritar pelo humanismo. Em suas artérias corre agora a grande verdade que, quem o ferro fere, com o ferro deverá ser ferido.

Este era o meu sentimento. Quando estamos reduzidos a nitrato de nada em momentos de grande depressão, ocorrem as ideias mais estranhas. Tende-se a raciocinar a partir dos primeiros elementos que nos foram dados, uma espécie de retorno à infância.

O sol foi-se embora e a tarde começou a quebrar. O policial disfarçado de anjo voltou ao pátio. Dirigiu-se uma vez mais a mim.

- Venha comigo. Você precisa fazer uma identificação.

Tratei de segui-lo. Fui parar na sala da frente, na mesa ao lado da porta para a carceragem. A sala estava vazia. O policial abriu uma porta e passou para uma sala menor. Colocou-se atrás da mesa, em pé, abrindo a gaveta. Eu o segui, com a velocidade que pude. Mostrou-me uma foto. Era uma daquelas reproduções da Polícia Federal brasileira, que ampliava então todas as fotos para o modelo de foto de passaporte, tivessem fundo branco ou

não. A foto era nova no estilo das cópias que me haviam mostrado nos interrogatórios de lá do “quarto piso”, fotos sob o controle do comissário (delegado) “Cañoso”.

De fato reconheci o juiz Carlos Sá. Estava vinte anos mais novo. O policial-anjo queria saber.

- Você não o reconhece?

- Não...

- Procure lembrar-se. Ele conhece você. Foi ele que lhe delatou. Ele trocou vocês pela segurança dele.

Calei-me. Não podia reconhecer o juiz. Seria de fato ele que me delatou? Fazia sentido. Quando estive com ele, estava com outro companheiro que fôra da Marinha. Por isso ele chamou-me de “Marco Antonio” e dirigiu-me perguntas e referências da última vez que havia encontrado o Marco. Eu não protestei e deixei tudo correr como ele quis. Daí que informara em falso.

Agora preso, a polícia uruguaia “me solicitava” com frequência que reconhecesse ser o sargento da Marinha Marco Antônio da Silva Lima, foragido da penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro. O policial-anjo manifestava-se:

- Vamos. Você deve voltar pra lá. Não pode ser visto aqui.

Refizemos o caminho de volta. Ele mandou que eu sentasse na borda de um vaso de planta e não retornei assim para o “apartamento” na parede.

A noite começava a cair e levaram dali todos os presos. Uma chancha (viatura tipo van), muito usada pela polícia ali, levou uns quatro embora do prédio. Fizeram-me sentar numa cadeira, lá na sala da frente. Parecia que se esperava algo. Lá pelas nove ou dez da noite, levaram-me outra vez para a pequena sala, onde o suposto anjo bom me havia mostrado a foto do juiz Carlos Sá. Mandaram-me sentar em uma cadeira, o que fiz. Dali a uns quinze minutos entraram dois negros, de paletó e gravata. Seus ternos não eram bem cortados como os dos polícias uruguaios. Tinham a leveza dos trópicos e acabamento ruim da Ducal ou d’A Exposição. Os dois cariocas tinham o cabelo cortado rente, a ponta de tesoura, e imaginei que não eram policiais civis da DOPS do Rio de Janeiro.

Eram certamente cabos ou sargentos do Serviço Secreto do Exército. Eles conversaram alto entre si, em bom carioquês e um deles chegou a me cumprimentar. Eu não os conhecia, mas tínhamos o conhecimento da raça e da cultura, talvez até da instituição.

- Olá! Tudo bem aí?

Continuei calado. Viria então um novo interrogatório? Este em português? Ouvi o que falavam do outro lado da porta entreaberta.

- Não é o Marco Antonio, não. Ele é mesmo o Wilson!

Então haviam já descoberto a pólvora! Fôra preciso gastar passagens de avião e incomodar a repressão carioca para saber que pedro é pedro e João é João! Como era possível que aquela horda de imbecis pudesse nos vencer? Certamente nós ainda éramos piores do que eles...

A porta se fechou. Ouvia murmúrios das conversações. De quando em quando, ouvia uma gargalhada. O som do rádio voltara-se a se constituir o pano de fundo.

Talvez onze horas da noite. Desta feita, a porta se abriu para mim. Tive que levantar-me da cadeira, mas o lado direito não me ajudava. Puseram novas algemas, ainda com as mãos para trás, e depois retiraram as algemas anteriores. Isso era um indício de que ia trocar de mãos. Um órgão policial não deixa as suas algemas, se adverte que talvez não possa recuperá-las. Não é só o preso que vive de incertezas. Entrou uma equipe que ainda desconhecia. Não podia reconhecer nenhum dos quatro. Um deles pegou-me pelo braço. Era um gigante ruivo, muito branco, com um terno novo. Não parecia um policial antigo. De certo, novo recrutamento. De quê órgão seria? Para onde me conduziriam? A pior angústia do preso é rodar de delegacia em delegacia, de prisão em prisão, sendo submetido a diferentes tratamentos. Vamos.

Saí na porta da sala e encarei o vento da fria noite. Os meus repressores estavam todos de terno de lã, coletes, casacos de couro, abrigos raglan ou as famosas “trincheras de caballero”. A polícia civil uruguaia devia ganhar bem, pois andava muito bem vestida. Eu, com o corpo moído de pancadas, meu cabelo por chapéu, caminhava no vento forte. Fui metido num carro de muitos bancos, entre dois policiais dos mais elegantes. O carro arrancou para fora, ganhou a rua. Na verdade, voava. Parecia-me que corríamos paralelos à Rambla. Talvez agora na altura de Los Pocitos, na Rambla Armenia. A casa ou delegacia estaria na General Rivera ou Malvín? Nunca pude saber. Será que se torturava ali, na parte mais chique e central da cidade? Não tinha como sabê-lo. Os seis tipos no carro conversaram elegante, tratava-se de trabalho de rotina. Muito depois o Flaco, que cantava lindas canções imitando o Zitarrosa, dir-me-ia que eu fiquei confuso naquele trajeto. Para ele, eu vinha de um centro de torturas da “Novena Comisaria”, e

o mesmo ficava lá para o lado de Castillos e da Laguna Negra. Muito longe. Não posso ter certeza. Meu estado não era normal. Sei que viajamos sempre para leste, ou seja, paralelo ao Rio da Prata, rumo a Buenos Aires.

O fato é que o carro não efetuou uma meia-volta sequer. Correu sempre no rumo leste, entramos em um estacionamento, numa garagem subterrânea de um prédio. Apenas um dos policiais desceu, voltando uns quinze minutos depois. Trazia um envelope pardo, ou quase, em uma das mãos. Embarcou e a marcha reiniciou-se como antes. Tinha câimbras tensas nos pulsos, o braço esquerdo meio morto e as algemas apertadas demais. Esforçava-me para não esmagar as mãos contra o apoio do assento e nessa dança chegamos à chefatura de Polícia. Metido no elevador, voltei para o “cuarto piso”, na mais fria companhia.

Nesses “passeios” de viatura, é-se obrigado a andar de cabeça baixa, perdendo-se o maravilhoso roteiro do turismo da morte. Tudo é um jogo da surpresa, se sai, quando sai, com quem vai, para aonde vai. Suas companhias são imprevisíveis. Tem-se no máximo trinta ou quarenta segundos para “fotografar” o companheiro de viagem, reter-lhe a imagem para o caso de sobrevivência. Requer um esforço extraordinário reter caras, pontos, referências no terreno, para elaborar uma descrição racional do que se passou. Tudo será perdido, caso se entre em pânico. Nesse transe, é ledó engano supor que há alguém do seu lado. Quem perdeu não tem amigos. Tem apenas companheiros de desdita.

Anos depois, quando você quiser narrar parte da sua “viacrúcis”, ouvirá do inimigo infiltrado nas hostes a que pertence:

- Isso não tem lógica! Para quê iriam agir desta forma?!

O “iriam” coloca você na categoria de mentiroso. Depois que fui solto, no Chile, pediam-me que contasse a “minha experiência”. A princípio, numa tentativa de obter solidariedade, o fazia. Mais tarde, fui ficando esperto. Limitava-me a dizer, quando identificava boa vontade da não-vítima, que “não fora nada demais”. “Eu tive sorte. Nada demais, amigo”. Isso satisfazia à falsa consciência do perguntador e dava-lhe certeza de que sua omissão era justificável. Quando acaso detectava eu má-fé ou deboche costumava dizer:

- Aguarde um pouco. Logo você verá que não há nada demais nestas experiências...

Estamos cercados de palhacinhos por todos os lados. Alguns, mais otimistas, dedicam-se a rodar as manivelas das maquininhas de

dar choque. Outros, mais espertos, mandam apenas. Ou ficam por perto, enchendo o saco daqueles que ousaram lutar.

Lá no “quarto piso”, havia toda uma série de palhaços. Fui levado a uma mesa de um chefe qualquer. Dizem que o poder burocrático se mede pelo tamanho da mesa. Era grande. Certamente, sentava ali um alter ego do comissário Cañoso:

- Nada temos contra você. Podemos até fazer um acordo...

Na palavra “acordo”, debruçou-se para a frente, olhando-me na cara. Revelava a ansiedade para ir tratar de outro caso mais importante. Sua preleção foi suscinta, mas completa. Elogiou-me primeiro. Mostrou como eu era importante e inteligente. A necessidade de encerrar aquele (este) episódio e dedicar-me a tarefas futuras. Estávamos, ambos, perdendo tempo. Recapitulou as declarações do heróico Posadas, que entregara de mim tudo que sabia. Mostrou-me o que eu não sabia: quando Jango Goulart, meu chefe, voltasse ao Brasil, eu estaria com a mão na lua. Houve uma frase que jamais esquecerei:

- *! Ud. Nos ha embaucado por completo! Hasta juzgamos que Ud no era Ud!*

Este é um lado ruim de estar preso. Você não pode rir de frases como esta. O acordo era o seguinte: eu devia reconhecer que, desde primeiro de janeiro, voltara ao Brasil duas vezes para renovar o visto de turista. Explicava: (1) caso eu não houvesse renovado o visto, o juiz mandar-me-ia deportar para o Brasil, por permanência irregular; (2) caso eu houvesse renovado, estava legal. Logo, nada havendo contra mim na ordem interna uruguaia, eu seria solto e poderia pedir asilo ou ir-me embora para onde quisesse. Bastava assinar um novo depoimento, reconhecendo haver ido até Porto Alegre, para renovar o visto, duas vezes...

Compreendi que os torturadores buscaram “uma solução pacífica” para o meu caso. No entanto, que eu assinasse ou não assinasse, que diferença fazia? Eles podiam assinar tudo o que quisessem com o meu nome. O pior já haviam feito. Mas a miséria humana é incompreensível. Aqueles homens que mandavam torturar e assassinar pessoas se importavam que vítimas assinassem de próprio punho depoimentos fajutos. Quem pode entender? Disse que estava de acordo e logo o “depoimento” apareceu. Já estava pronto. Ele fechava a única brecha tornando-me legalmente um turista, pessoa em trânsito.



O grande pé da república uruguaia já podia acertar-me – sem remorso – um pontapé na bunda e atirar-me do outro lado da fronteira. Fingi acreditar no grande acordo entre o lobo e o cordeiro. Agradei ao policial-burocrata, que desconfiou fosse uma ironia. Voltei para “minha” cela, de porta-selada de ferro e pedra molhada, para curtir mais uma noite de frio desagradável.

Era evidente que queriam deportar-me. Os dois negros de terno, cariocas, eram a prova disso. Não iriam gastar passagens para largar depois um pássaro. Para dar-me asilo, era melhor “do ponto de vista da justiça” que eu estivesse irregular. Se eu podia ir e vir para Porto Alegre, não havia por que não ir uma vez mais para lá. A farsa era tão ridícula que não conseguia compreender que a houvesse elaborado um delegado de polícia política. Mas a experiência ensina que nesse grau de hierarquia costuma haver mais imaginação do que inteligência.

A inteligência – exceto no psicopata – precisa trabalhar com pressupostos sólidos: verdade, correção, silogismos, inferências complexas, etc. O seu oposto é a boçalidade. Bába, sorrisos, sadomasoquismos, substituem os complexos relacionais da lógica e da história em cada fato. Um animal desse tipo dominou durante quarenta anos a polícia política do Rio de Janeiro. Em seu prontuário, que elaborou para acompanhar minha ficha, constam apenas mentiras, invencionices etc. Como é possível que alguém passe quarenta anos recebendo provimentos gordos do Estado para escrever invencionices sobre pretensos inimigos da democracia? Para mim, é um mistério. Seria muito melhor baseado em fatos e verdades.... Imagine-se, pois, um escritor psicopata que não sabe escrever. Delegado de polícia política é um belo cargo para exercer seu sadismo e sua imaginação...

Vê-se assim que a burguesia é uma classe cega, que se mantém no poder baseada apenas na incompetência de seus supostos adversários sociais, nunca por mérito próprio. Tal classe recruta seus oficiais-chave com critérios espúrios, de preferência nepotismo, corrupção, aventurismo sexual, banditismo etc. Grande parte de seus quadros não passam de psicopatas, portanto elementos cruéis e miseráveis, cuja sucessão de crimes e de erros serão ocultados nas dobras do vestário da deusa da “imprensa livre”. Isso tudo se faz muito melhor com um estado de sítio. Era assim o caso uruguaio. Mesmo a democracia burguesa – fenômeno bem limitado – encontrava-se ali em fase de extinção. Pobre, portanto, da misericórdia do asilo todos

aqueles fossem apanhados pelas máquinas repressivas do notório pugilista – presidente Pacheco Areco. Essas figuras vergonhosas são quase exclusividade dos países latinos. Fugiram politicamente das masmorras do grande e indesejável Império Romano e vivem, geração após geração, reproduzindo as suas taras em público.

Antes de ser despejado do “*cuarto piso*”, no entanto, ainda restava uma pequena farsa a desempenhar. Lá pelas sete horas da manhã, abriram-me a cela e me facultaram, pela primeira vez em seis dias, lavar-me na torneira do corredor das celas. Tomei ali o “banho” que era possível. Nada de comida ou qualquer beveragem. Durante o banho de torneira, pude trocar algumas palavras com a outra vítima, em cuja residência – ao ir visitá-lo – havia sido preso. Reinternado na cela, vi passar mais uma hipótese de almoço em branco. Lá pelas três horas da tarde, vieram buscar-me. Mãos algemadas à frente, fui uma vez mais levado à presença do poderoso careca, o semideus fautor de meu magnífico “acordo político”. Que desejaria aquele hércules das forças policiais? O leitor não acreditará.

O sansão da justiça esperava de pé, junto da mesa, com a excitação própria do homem competente, que nada falha em seu serviço. Chegou a esboçar um sorriso quando me viu e mostrou-me – com certa felicidade – dois pequenos canhotos dos vistos de entrada que recebem os turistas que ingressam naquele país. Ele havia se dado ao luxo de obter dois canhotos adicionais de visto de entrada para turista, para adicioná-los aos meus documentos, comprovando aquilo que estava escrito no meu depoimento fajuto, agora tornados a peça principal da minha perdição! Explicou-me que, com aqueles dois canhotos e a declaração escrita, era agora perfeitamente legal minha presença no Uruguai e o juiz “adelante de lo cual Ud logrará pasar en breve” com certeza podia mandar me liberar...

É claro, nada estridulei ou lagrimejei. Agradei o seu gesto altaneiro e esperei constrangido que me retirassem para a “minha” cela. Ali respirava-se muito melhor do que diante de semelhantes “autoridades”, verdadeiros “ases” saídos do inferno. Não ocorreu a semelhante sansão do justo que ficaria muito mais feliz o pobrecoitado do preso com um prato de comida? O único objetivo dos dois “tickets” que ele mandara providenciar como “meus” era protegê-lo pelos procedimentos de exceção contra um coitado de candidato potencial a um asilo político. Pelo menos era o que, na verdade, ele temia que eu fosse, ou me pudesse tornar. Nada mais tinha, pois, a fazer no “*cuarto piso*”. Depois de alegrar a todos com a minha

presença, podia ir-me – palhaço de terceira – fazer piruetas em outra parte. Chegava ao fim a primeira etapa da minha prisão e iria ali, pelas dezesseis horas, iniciar a segunda. Uma chancha azul levaria a mim, e outras vítimas, entre as quais meu parceiro de prisão, para o CPOR do Uruguai, uma unidade militar chamada C.G.I.O.R., transformada em depósito de presos.

Depois do maravilhoso acordo com os auxiliares do comissário Cañoso, eles teriam enviado meu processo ao juiz e este deliberaria – tudo segundo os poetas – minha liberação. Como o Uruguai estivesse em estado de sítio, a autoridade policial teria então determinado minha internação numa prisão do exército, para “ulterior liberação”. Sente o cheiro da pólvora? Nunca vi juiz algum, exceto os policiais que me levavam de um lado para o outro ou me torturavam. O juiz talvez fosse outro nome dado ao Cañoso, mas não tive como apurar.

Mangueirinha, jovem malandro que conheci nos anos 50 em Vila Isabel, e que foi um dos meus instrutores de capoeira, costumava dizer:

- Ou bem se está na merda, ou bem se serra de cima!

Eu não estava serrando de cima. Então, devia estar na merda. Lá me fui uma vez mais escoltado e algemado, desta vez para o CGIOR. Lá estava cheio de presos, refugados pela justiça local, com a desculpa do estado de sítio. Conversando com El Flaco, jovem magro, operário, de vastos bigodes, contei-lhe minha experiência recente. Ele sentenciou:

- *Hermano, conociste la novena. Allí em la comisaría nueve, solo se practica tortura. El comisario bajo, siempre de chaqueta de coro es el Charquera Morán, uma de las bestias de nuestra policia. No te saliste mal: pudieran haberte matado.*

Mangueirinha, que foi morto pela Polícia Militar no morro dos Macacos, Vila Isabel, em 1958, tinha muitas frases. Ele morreu com apenas 18 anos. Um negro vivo e inteligente. Não deveria mesmo viver muito. Quando você lhe dava um “bote” errado na roda de capoeira, fazendo um Aú ou caindo numa negativa tarde demais, costumava brincar dizendo:

- Não deveria confiar tanto em Deus. Até aqui, ele já matou quase toda a humanidade.

Ignoro qual o malandro que ensinou este ditado ao Mangueirinha. Ignoro onde ficava a Novena Comisaria. Também a 23a, ou 26a, talvez a 28a. Eram antros de tortura. No entanto, sabia que o Cañoso não cumpriria sua parte. Na noite de um para dois

de novembro, saí do centro de preparação dos oficiais da reserva do Uruguai para mais um passeio. Três carros bonitos: um deles, um Camaro amarelo, outro um Mustang vermelho. Nove policiais. Antes de ser deportado, me levaram para um “amaciamento”. Pelo trato, esperavam que eu morresse dois ou três dias depois. Pela minha juventude, ainda estou aqui. Não tenho uma impressão melhor dos uruguaios que dos brasileiros. Espero que Deus os mate a todos. Afinal, eles são parte da humanidade.

(Lund, outono de 1975)